

“Você nos colocou na história”: uma História Social da prostituição brasileira nas décadas de 1980 e 1990

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p21-49

Resumo: Este artigo tem como objetivo estudar o estabelecimento do campo de uma História Social da prostituição estruturado no Brasil a partir das décadas de 1980 e 1990, tendo em vista a historiografia brasileira. Para isso, parte-se da produção bibliográfica e da trajetória acadêmica de quatro historiadoras brasileiras – Margareth Rago, Magali Engel, Cristiana Schetinni e Beatriz Kushnir -, considerando suas obras parte de um conjunto teórico que modificou a forma de compreender e estudar a prostituição na História. Em um primeiro momento, o objetivo é compreender a estruturação da História das Mulheres, fenômeno conectado ao avanço do feminismo nas universidades, pois tal contexto é essencial para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à temática feminina. Em seguida, passa-se à análise dos estudos históricos sobre prostituição durante os anos 1980 e 1990, buscando respostas sobre a natureza desse campo de estudo, suas fontes e por quais motivos ele é elaborado e merece o devido espaço na historiografia. Nesse sentido, os percursos realizados pelas pesquisadoras selecionadas são importantes não só pelo seu caráter historiográfico, mas também pela relevância de suas próprias trajetórias acadêmicas. Por fim, este artigo permitirá entender a mudança de paradigmas trazidos por essa História Social da prostituição, além de demonstrar os caminhos possíveis para se inserir grupos subalternos na narrativa acadêmica.

Palavras-chaves: Prostituição; Historiografia; História social; História das Mulheres.

*Graduanda em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora da História das Mulheres, da prostituição e da História dos agentes subalternizados. E-mail: beatrizbonella@usp.br. Agradecimentos especiais às minhas orientadoras, Cristina Wissenbach e Juliana Magalhães.

Introdução

Em uma entrevista concedida à revista Humanidades em Diálogo, em 2015, a historiadora Margareth Rago, ao abordar as suas experiências com movimentos sociais, relatou o contato tido com uma ONG de prostitutas no ano de 1991. A autora afirmou que, ao ser chamada por Gabriela Leite - a então líder da organização e ativista da causa -, a surpresa foi grande:

E ela (Gabriela Leite) me diz assim: – “Nós somos aqui de uma ONG chamada ‘Davida’ e nós gostaríamos que você viesse aqui para o Rio de Janeiro, porque você escreveu esse livro e a gente gostaria de conversar com você”. [...] Tive que ir... e fui morrendo de medo. Cheguei lá elas me abraçaram e me disseram – “Muito obrigada!”. E eu: – “Ah?!”. Elas continuaram – “Muito obrigada porque você nos colocou na história. Todo mundo tem história: camponês tem história, estudante tem história, operário tem história e nós não tínhamos. E sem história não existe cidadania” (ESTIMADO et al, 2016, p.22).

Para além de um momento expressivo de contato entre investigadora e seus sujeitos, essa conversa condensa a importância dos estudos sobre prostituição no Brasil, sobretudo na área de Ciências Humanas. Tendo em vista esse contexto, o presente artigo analisa a constituição de uma História Social da prostituição, campo estruturado principalmente nas décadas de 1980 e 1990 em espaços como a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e a UFF (Universidade Federal Fluminense).

Como mostrado na entrevista, essas duas décadas foram marcadas por uma produção historiográfica acerca da prostituição, assunto até então pouco analisado nas universidades ou estudado apenas pelo viés higienista dos médicos e juristas do século XIX. Com o fortalecimento do campo da História das Mulheres e da Sexualidade, além da recepção eufórica das ideias do filósofo Michel Foucault, a prostituição ganhou espaço enquanto objeto de estudo da História, considerada

necessária para compreender as relações de gênero, as dinâmicas de poder (e opressão) e a definição de papéis sociais durante os séculos XIX e XX. Nas palavras de Rago, a prostituição era uma “referenciação simbólica da sociedade para si mesma” (RAGO, 1991, p.195).

Essa prática pôde ser observada a partir das várias(os) autoras(es) que elaboraram pesquisas acerca do assunto nos anos 1980 e 1990, sobretudo nas áreas de História, Antropologia e Psicologia – constituindo, por esse motivo, um conjunto teórico para compreender as análises sobre a prostituição no Brasil. No entanto, o contexto aqui trabalhado não pode estar desconectado da reestruturação universitária ocorrida durante e após o período de redemocratização brasileira, a qual trouxe para as salas de aula muitas das ideias já presentes em movimentos sociais da época (CORRÊA, 2001, p.20). Além disso, a renovação do corpo docente e estudantil no ambiente universitário possibilitou a formação de novos perfis acadêmicos, gerando mudanças na seleção de temas de pesquisas e na sensibilidade de questionar saberes e sujeitos universais.

Uma parte relevante desse novo perfil acadêmico foi ocupado por mulheres, que, seja como alunas ou docentes, contribuíram para a entrada feminina na universidade enquanto sujeito e objeto de estudo¹. Tal movimento esteve também atrelado à recepção da teoria feminista pelas Ciências Humanas, sobretudo a partir da influência da Segunda Onda Feminista. Dessa forma, a partir daquele momento,

1 Já de início, reitero a importância de considerar o marcador de raça nesse contexto: quando se diz “as mulheres”, existe a consciência de que a entrada feminina na universidade não ocorreu de forma igualitária entre mulheres brancas e negras; além disso, o movimento feminista que influenciou os estudos acadêmicos na década de 1980 era, no primeiro momento, formado em sua maioria por mulheres brancas – para depois, ao final dessa década, receber as ideias do movimento feminista negro (ganhando relevância gradualmente);

tanto as ativistas quanto as intelectuais passaram a reivindicar a legitimidade de sua fala no campo científico e reiterar demandas históricas relacionadas às mulheres.

Nesse sentido, atesta-se um movimento interligado: a entrada das mulheres em espaços de poder representou a reestruturação de novos elementos da realidade social, e esses, por sua vez, reforçaram a ocupação feminina na academia e nos movimentos sociais (GUEDES, 2008, p.130). Esse fenômeno, dentro do atual artigo, é caracterizado como a umbilicalidade entre pesquisa e feminismo, tendo em vista a forma pela qual as ideias circularam e renovaram o diálogo entre esses dois espaços, constituindo um vínculo forte e horizontal entre ambos.

Se ao longo das duas décadas finais do século XX articulou-se uma geração de pesquisadoras(es) em torno do estudo da prostituição, para os limites deste trabalho foram selecionadas quatro historiadoras brasileiras do campo da História Social. Tal escolha é justificada pela expressividade de suas obras e trajetórias acadêmicas, por vezes feministas², para uma construção coletiva das ideias norteadoras desses trabalhos. Para isso, as trajetórias intelectuais de Margareth Rago, Magali Engel, Cristiana Schetinni e Beatriz Kushnir foram selecionadas como objetos de estudo, considerando que suas produções dentro das universidades e suas atuações norteam uma nova forma de analisar a prostituição.

² De acordo com buscas recentes, o envolvimento das autoras com o movimento feminista fica claro a partir de alguns aspectos: elas, primeiramente, produziram livros e artigos que abordavam direta ou indiretamente as teorias feministas; algumas delas estão publicamente relacionadas a reivindicações feministas, expondo suas opiniões na mídia e nas universidades; todas elas fizeram parte de diversos congressos e mesas de debate que se referem a temas como História das Mulheres, sexualidade e relações de gênero. A exceção a essa recorrência é Beatriz Kushnir. Em entrevista recentemente realizada, a autora disse que, apesar de seus contatos com o feminismo e com o movimento das prostitutas no Rio de Janeiro, ela não se considera feminista. Mesmo que isso seja parte de um discurso elaborado por ela, as conclusões deste trabalho confirmam que as influências e as motivações da autora não estiveram relacionadas ao feminismo.

Dessa forma, este trabalho busca compreender a maneira pela qual esse campo de conhecimento sobre a prostituição no âmbito da História Social desenvolveu-se, analisando as pesquisadoras responsáveis por sua construção e os objetivos que as moviam. Além disso, ressalta-se a importância dos debates desse campo para uma análise que confira uma historicidade à prostituição, assim como possibilite a superação de estigmas sociais do passado, cujas permanências são visíveis no presente.

Do sujeito abstrato universal aos estudos sobre mulheres

Em *A era dos extremos*, de 1995, o historiador Eric Hobsbawm abordou a forma pela qual a revolução social ocorrida entre os anos de 1945 e 1990 proporcionou o desenvolvimento de um fenômeno chave para a reestruturação das relações sociais e políticas a partir de então: o boom no surgimento e no investimento nas universidades ao redor do mundo. Ao representar novas possibilidades de ascensão social pela democratização do ensino, esse acontecimento representou também a entrada das mulheres no mundo acadêmico, o que movimentou as relações de gênero dentro e fora dos centros intelectuais (HOBBSAWM, 1995, p.305).

Segundo o autor, apenas uma década após o crescimento das universidades, as mulheres já representavam metade ou mais da metade de estudantes dentro de algumas universidades ao redor do mundo (HOBBSAWM, 1995, p.305). Já no caso brasileiro, o período compreendido entre 1970 e 2000 viu a porcentagem de participação feminina universitária sair dos 25% e alcançar os 53% (AVELAR; BLAY; 2017, p.28-29). Consequentemente, ao reverter ao longo de três décadas essa diferença de participação escolar, elas passaram a ocupar massivamente o universo

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo

acadêmico e a contribuir com o duplo movimento de diversificar as temáticas de pesquisa nos cursos universitários e de contestar o saber objetivo e universal por vezes defendido dentro das Ciências Humanas até então.

A contestação iniciou-se pelo objeto de estudo utilizado. Até então, grande parte das análises estava focada em sujeitos inseridos no mundo público e autores de grandes feitos na história política e econômica. Denominado pela crítica posterior de sujeito abstrato universal, ele é majoritariamente o homem branco europeu, estudado a partir de fontes oficiais e institucionais (DIAS, 1994, p.375). Ao realizar a crítica a historiografia, as pesquisadoras buscaram romper com o paradigma epistemológico universal, trazendo à tona a perspectiva de outros sujeitos dentro da história, até então pouco visíveis ou sondáveis.

Steven Feierman, em *Histórias africanas e dissolução da história mundial*, ao abordar novos sujeitos históricos silenciados pelas fontes oficiais, o conhecimento vigente (sobretudo europeu) se revelou parcial e seletivo, incapaz de dar conta da multiplicidade das experiências humanas (FEIERMAN, 1993, p.2). Assim, Feierman mostra que “uma consequência óbvia da expansão da pesquisa histórica a partir de 1960” foi a inserção de “pessoas ou grupos que anteriormente haviam sido excluídos da história geral” (FEIERMAN, 1993, p.2), usando como exemplo a emergência de novos sujeitos como os camponeses, os escravizados das Américas e as mulheres.

Atingidas dessa forma, as Ciências Humanas, e principalmente a disciplina de História, presenciaram a renovação dos seus estudos e a criação de novas linhas temáticas dentro da graduação e da pós-graduação. Para este artigo, destacam-se duas áreas de conhecimento que emergiram nesse contexto: a História das Mulheres e a História da Sexualidade.

Influenciadas por um movimento geral de estudo dos grupos subalternos, as pesquisas acadêmicas tornaram as mulheres, gradativamente, sujeitos e objetos de estudos. No Brasil, a História das Mulheres começou a se concretizar a partir dos anos 1970 e, sobretudo, 1980, como reflexo da reivindicação feminina e feminista para a instauração de cursos e de grupos de pesquisas dedicados aos estudos das mulheres. Aos poucos, a consolidação do campo se estendeu ao nível institucional e a temática feminina, inicialmente secundária e segregada, passou a ser parte importante dos estudos históricos (SOIHET, 1997, p.401).

Dentre muitos nomes importantes para a reestruturação teórica e metodológica, o de Maria Odila Leite da Silva Dias é um dos principais. Segundo Raquel Soihet e Joana Maria Pedro, a historiadora é autora de trabalhos influentes como *Quotidiano e poder* (1984) e *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista* (1994), além de ser “a formadora de toda uma geração de historiadoras das mulheres e das relações de gênero” (PEDRO; SOIHET; 2007, p.288), considerada uma pioneira para esse contexto acadêmico.

A partir de uma hermenêutica do cotidiano, Maria Odila atentou para a relevância do cotidiano e dos papéis informais nas vivências femininas, trazendo-os à tona para compreender “as improvisações e a resistência das mulheres, [...] de modo a descortinar sentidos implícitos, à margem do normativo e do institucional, que podem ser vislumbrados por entre as linhas” (DIAS, 1994, p.377). Seria, segundo a autora, encontrar indícios presentes nas entrelinhas da História, tornando visíveis os sujeitos ocultos.

Se, de acordo com a historiadora, as resistências femininas não foram, na

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo

maioria das vezes, explícitas, mas sim entranhadas “nos modos de fazer sociabilidade, articulações intersubjetivas, mais do que um discurso entre indivíduos conscientes” (DIAS, 1998, p.253), um olhar mais apurado para as fontes tornou-se então uma ferramenta importante nas abordagens da História Social. Esse aspecto é necessário para entender como as pesquisadoras analisadas neste artigo encontram seus objetos de estudo a partir de documentos oficiais, retirando deles as interpretações necessárias sobre a prostituição de cada época.

Na tese de doutorado de Cristiana Schettini, essa metodologia é explicada:

Registros produzidos por um dos lados que compunham as relações e redes de convivência em torno da prostituição, ou mesmo por terceiros, são sempre esclarecedores, ainda que de uma forma lacunar e indireta, impregnada de estereótipos e intenções. São justamente os silêncios, as lacunas e as intenções de tais registros que nos permitem identificar a desigualdade de poder que constituíam aquelas relações sociais (SCHETTINI, 2002, p.8).

Para estudar a prostituição dos séculos XIX e XX, as historiadoras não o puderam fazer sem recorrer a documentos escritos por médicos ou juristas, os quais elaboraram suas pesquisas visando a higienização do espaço público e a normatização da vida das prostitutas. Contando apenas com a visão dos agentes oficiais do Estado, carregada de intenções e preconceitos, elas precisaram ler as fontes à contrapelo, buscando as resistências e as sociabilidades das mulheres a partir das normas e das brechas do discurso higienista formulados para elas.

Aliada à História das Mulheres esteve também a História da Sexualidade, igualmente desenvolvida no Brasil dos anos de 1980. Resultado das preocupações dessa década, a temática da sexualidade, do desejo e do corpo foi despertada por uma série de historiadoras(es) que, devido aos novos caminhos abertos pela História Social e a História das Mentalidades, percorreram os discursos sobre o sexo ou buscaram compreender as práticas sexuais na História.

Semelhante ao ocorrido na História das Mulheres, as(os) pesquisadoras(es) dos grupos subalternos encontraram nas fontes oficiais os elementos necessários para a compreensão histórica, como é apontado por Magali Engel:

Entre as fontes privilegiadas para o estudo da sexualidade, os processos jurídicos, civis ou criminais e eclesiásticos apresentam-se como uma das mais importantes, pois eles não apenas expressam os discursos normativos/disciplinadores das condutas sexuais, como também deixam entrever, através das confissões e depoimentos das pessoas envolvidas, aspectos das vivências sexuais” (ENGEL, 1997, p.444).

No entanto, a partir das ideias de Michel Foucault, os trajetos da História da Sexualidade passaram não só pelas práticas sexuais ao longo do tempo, mas também “como e quando a sexualidade havia emergido como tema, como discurso e como preocupação histórica” (RAGO, 1995, p.74). Assim, o objetivo foi partir das práticas discursivas para entender as narrativas médicas do século XIX acerca da sexualidade feminina, da homossexualidade ou do travestilidade. Essa metodologia torna-se clara quando se analisa a prostituição, pois a prática só se configura enquanto objeto da ciência dentro dos discursos médicos e policiais dos séculos XIX e XX, e, assim, só pode ser analisada levando em conta essas narrativas oficiais.

As obras do autor começaram a entrar nas universidades brasileiras na década de 1970, e, progressivamente, tomaram espaços importantes na discussão acadêmica, sendo um deles a pesquisa histórica. Por esse motivo, tanto Margareth Rago quanto Magali Engel denominam “a revolução de Foucault” ao referirem-se à influência trazida pelo autor, considerando que, se assuntos relacionados “a loucura, prisão, instituições disciplinares, corpo e sexualidade” não ganharam visibilidade unicamente pelas ideias do filósofo, “não há como negar a importância de um autor que, em pleno apogeu da classe operária, (...) deslocava o foco para as ‘minorias’, para

as margens e para os Annales” (RAGO, 1995, p.70).

Além disso, seria um erro considerar a influência de Foucault apenas em discussões acerca da biopolítica e da disciplina. Há uma concepção, segundo ele, necessária para os indivíduos se entenderem como agentes de sua autonomia e liberdade, a partir da produção da subjetividade. Seria uma maneira dos sujeitos participarem do processo histórico “aceitando, recusando, incorporando, apropriando-se diferenciadamente das linguagens existentes” e um caminho “para construir suas identidades pessoais, sociais e sexuais” (RAGO, 1995, p.79). Logo, ao abrir espaços não só para entender as práticas discursivas sobre a sexualidade, mas também para encontrar as válvulas de escape dos grupos subalternos, as teorias de Foucault encaixaram-se no contexto acadêmico renovado da década de 1980, sendo, por esse motivo, muito importante em pesquisas que discutem a temática da prostituição.

A umbilicalidade entre produção acadêmica e feminismo

O movimento denominado de Segunda Onda Feminista, iniciado após a Segunda Guerra Mundial e consolidado a partir da década de 1960, foi o responsável pela rápida retomada acerca das questões femininas demandadas há várias décadas, trazendo à tona temas relacionados à violência doméstica, aos direitos reprodutivos e à divisão sexual do trabalho. Elegendo o conceito de patriarcado como premissa chave de compreensão das relações sociais e históricas, o movimento reuniu uma série de discussões antes pertencentes apenas ao âmbito pessoal e privado determinado ao feminino (MAGALHÃES, 2016, p.44-45).

A Segunda Onda se fez presente em diversos países, cada qual desenvolvendo o movimento de acordo com suas próprias experiências e reivindicações. Em nosso

país, o feminismo foi, a princípio, constituído por mulheres em torno de direitos não apenas femininos, mas relacionados à sociedade em geral no que concerne ao acesso à saúde, à educação pública, ao saneamento básico, bem como também conectado às pautas de outros movimentos sociais, como a luta contra o racismo ou à favor dos direitos indígenas (CORRÊA, 2001, p.13). No entanto, por volta dos anos 1970, o feminismo brasileiro começou a ganhar uma forma mais nítida, sendo concebido por diversas mulheres, desde as que transitaram internacionalmente (pela sua condição de exílio ou não), até aquelas que representaram o movimento nacionalmente, de forma mais cotidiana.

No primeiro conjunto de mulheres, estavam as participantes dos grupos de esquerda que, por conta da resistência à ditadura, passaram a frequentar países estrangeiros (de forma deliberada ou não). Sobretudo, as mulheres que se dirigiram para a França ou para os Estados Unidos nos anos de 1960 e 1970 encontraram espaços propícios para a discussão das ideias feministas e de temas em torno do “corpo, da sexualidade e da identidade feminina” (RAGO, 2013, p.107). Tal participação ocorreu não só dentro de movimentos políticos, mas também em faculdades e grupos de pesquisa montados nesses países, repercutindo em discussões travadas aqui no Brasil.

Motivadas pelos novos referenciais teóricos encontrados no exterior, essas mulheres utilizaram de suas experiências nesses países para contribuir com as ideias que já estavam sendo desenvolvidas no Brasil, tanto dentro do movimento quanto dentro da academia. É importante ressaltar como, apesar da grande influência dessas ideias vindas do exterior, elas foram um dos pilares, mas não o único do feminismo brasileiro, havendo uma conexão entre o conteúdo recebido do contexto externo e o

elaborado nacionalmente (SARTI, 2004, p.36).

O segundo conjunto de mulheres é formado pela parcela de militantes que não transitaram internacionalmente, mas permaneceram no país, contrariando o regime militar de 1964 duplamente: ao questionarem as normas sociais pela luta política subversiva, mas também por irem além do ambiente familiar e doméstico, desafiando códigos femininos atribuídos a elas. Além disso, a articulação das feministas estava presente também no plano social, reivindicando direitos em torno de sua liberdade, sexualidade, fala e participação. Dessa forma, a participação delas esteve presente em torno de diversos ambientes nacionais, sendo eles as universidades, os sindicatos, os movimentos populares, entre outros (CORRÊA, 2001, p.15).

Esses dois grupos não estavam apartados entre si, tanto que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, ambos começaram a fazer parte, cada vez mais, do ambiente acadêmico e da reestruturação dos sujeitos e objetos de pesquisa das Ciências Humanas. Além disso, ao realizarem esse movimento de reestruturação, tais pesquisadoras estavam também entrando em contato com a militância feminista (da qual muitas fizeram parte), o que deu aos estudos de gênero uma dimensão política, vinda, sobretudo, da circulação de ideias entre as demandas feministas e as pesquisas teóricas (CORRÊA, 2001, p.24).

Para compreender a conexão entre o feminismo e os estudos acadêmicos ocorridos durante as décadas de 1980 e 1990, o conceito de umbilicalidade, formulado para a pesquisa que serve de base para este artigo, é necessário. O conceito foi pensado a partir de uma reunião do grupo de estudos LEHA (USP), na qual a Prof. Dra. Stella Franco abordou a constituição da História das Relações de Gênero no Brasil. Ao ser perguntada sobre a importância do feminismo para esse

contexto, ela respondeu que as pesquisas da academia estariam relacionadas de forma umbilical com as teorias feministas da época, existindo uma “via de mão dupla” entre os dois. O conceito de umbilical, a partir daquele momento, pareceu apropriado à pesquisa como forma de mostrar a proximidade e a intimidade entre o feminismo e os estudos acadêmicos. No contexto brasileiro das décadas de 1980 e 1990, essa ligação ocorreu de duas formas principais.

Em primeiro lugar, como descrito acima, o movimento feminista foi formado igualmente por ideias de contestação feminista que se disseminavam no Brasil e no exterior, ambas colaborando para a concretização da luta política. Em segundo lugar, a umbilicalidade também ocorreu nas pesquisas acadêmicas, pois, sem as trocas ocorridas entre acadêmicas e feministas, os estudos não seriam constantemente renovados pelo feminismo e, este último, também não estaria munido de conceitos importantes (por exemplo, o de gênero) utilizados para fortalecer o movimento no âmbito público. Não há, em nenhum dos dois casos, uma sobreposição entre interno/externo ou mundo acadêmico/feminismo, sendo, pelo contrário, uma relação construída nessa dinâmica de troca e que teve como consequência a renovação do pensamento acadêmico feminista da época.

Esse conceito tem, sobretudo, o objetivo de ser analisado dentro da constituição da História Social da prostituição, a qual encontra-se no meio das diversas variáveis citadas anteriormente. Para isso, o tópico seguinte demonstrará que a umbilicalidade está, antes de aparecer na produção historiográfica, nas trajetórias pessoais das quatro historiadoras selecionadas, sendo suas vidas uma demonstração importante da forma como o contexto acadêmico dos anos 1980 e 1990 estava aberto para a estruturação de novas áreas de estudo.

Mulheres, feministas e acadêmicas

Analisar as trajetórias individuais e coletivas das historiadoras selecionadas levou este artigo a procurar, tanto nos currículos Lattes quanto em entrevistas, marcas que demonstram como os estudos sobre prostituição foram formados também pela circulação feminina e feminista das pesquisadoras dentro das universidades. No entanto, pela quantidade de dados encontrados a partir das duas fontes, algumas informações foram privilegiadas em detrimento de outras: na Plataforma Lattes, por exemplo, foi dado um foco maior na formação acadêmica das historiadoras, nas universidades pelas quais elas passaram e em qual período isso foi realizado. Já nas entrevistas, especificamente as de Margareth Rago e Magali Engel, buscou-se compreender a sua relação com o feminismo e com os estudos de gênero, atentando-se para o pioneirismo de tais pesquisas³.

Em primeiro lugar, a metodologia de análise do currículo Lattes vem sendo recentemente desenvolvida na área de Ciências Humanas e é considerada como um novo caminho para analisar as trajetórias de pesquisadoras(es)⁴. Segundo Ana Maria Fonseca, Marília Moschkovich e Karen Polaz, “as informações acumuladas na Plataforma Lattes são pertinentes para o estudo da socialização profissional, do networking e do desenvolvimento de carreiras” (ALMEIDA et al., 2012, p.163). Nesta

3 Para este artigo, apenas as entrevistas de Margareth Rago e Magali Engel foram analisadas, tendo em vista que a elaboração feita por mim das entrevistas de Cristiana Schettini e Beatriz Kushnir é recente e carece de análise e revisão.

4 A metodologia tem sido desenvolvida ao longo dos últimos anos no Brasil e consiste em reunir dados da trajetória acadêmica de pesquisadoras(es) a partir das informações postas por elas(es) em seus currículos Lattes. A partir desses dados, consegue-se reunir informações acerca do percurso acadêmico de quem se estuda, bem como sua produção bibliográfica e a circulação por instituições de ensino. No entanto, como qualquer fonte, ela precisa ser utilizada junto a outros documentos, porque pode oferecer informações incompletas, tendo em vista o grau de pessoalidade com que a(o) pesquisadora(or) dispõe dos seus dados na Plataforma, por exemplo (ALMEIDA et al., 2012, p.169).

pesquisa, os dados obtidos na plataforma digital foram retirados durante o mês de Dezembro/2019, os quais demonstram, num primeiro momento, a similaridade de espaços frequentados pelas pesquisadoras, inclusive durante períodos simultâneos.

Observou-se, nesse sentido, que mesmo variando de acordo com os anos, tais pesquisadoras realizaram a pós-graduação exclusivamente na Universidade Federal Fluminense ou na Universidade Estadual de Campinas. Esse processo ocorreu entre os anos de 1979 (quando Magali Engel iniciou sua dissertação mestrado, Meretrizes e Doutores) e 2002 (ano de defesa da tese de doutorado “Que tenhas teu corpo”, de Cristiana Schettini), dentro dos quais as historiadoras seguiram caminhos paralelos. Dessa forma, desenvolveram objetos semelhantes de pesquisa como História das Mulheres, relação entre loucura e gênero e imprensa feminista.

Além disso, compartilharam da orientação e ajuda das(os) mesmas(os) professoras(es) – exemplo de Edgar de Decca, Margarida de Souza Neves, Maria Clementina Pereira, Sidney Chalhoub, Silvia Lara - e foram rodeadas por um grupo semelhante de pesquisadoras(es) – dentre vários, Raquel Soihet, Martha Esteves, Adriana Piscitelli, Mariza Corrêa, Luís Carlos Soares, etc. Nesse sentido, as informações retiradas da plataforma permitem mostrar como as quatro pesquisadoras partilharam de um networking semelhante, vivenciando um semelhante contexto acadêmico (ALMEIDA et al., 2012, p.163).

Ademais, utilizando as entrevistas realizadas especificamente com Rago e Engel, verificou-se que suas pesquisas foram elaboradas enquanto o feminismo ganhava força dentro dos estudos acadêmicos e de suas próprias vidas. Assim como a umbilicalidade demonstra, os estudos sobre prostituição não puderam avançar sem a

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo

consideração, dentre vários exemplos, da teoria feminista acerca do gênero (reelaborada por Joan Scott, na década de 1990) e dos marcadores de raça e classe (pensado desde Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro até Kimberlé Crenshaw e seu conceito de interseccionalidade).

Engel aborda esse assunto em uma entrevista de 2020:

No plano teórico, o gênero era pensado a partir da perspectiva relacional, por uma leitura da Scott que, no Brasil, foi bem importante. (...) Foi legal a pesquisa ter aberto para os homens também, e eu consegui trazer diferenças que passavam não só por questões de gênero, mas também de raça e classe (...). Para mim, a interseccionalidade é a chave. Não tem como pensar mais as questões, inclusive as próprias discussões e tensões no campo dos movimentos feministas, dos questionamentos por parte dos femininos negros e dos movimentos LGBT, que não seja pela ótica da interseccionalidade (DUARTE, A.R.F & ENGEL, M.G. 2020, p.345-346).

E, tal qual fica claro em suas aparições públicas, o feminismo teve clara importância não apenas para a formação acadêmica, mas também para o seu próprio posicionamento enquanto mulher dentro e fora da universidade. Atuando como militantes feministas, tais pesquisadoras extrapolaram os muros acadêmicos para realizar suas ações também na prática, junto a associações ou ONG's. Reitera-se, novamente, que esse processo não ocorreu ou na universidade ou na luta política, mas sim de forma umbilical, concomitantemente. Esse posicionamento pôde ser notado em momentos dentro da entrevista de Rago:

Olha, para ser bem franca com você, eu não faço essa separação. Na minha cabeça, eu estou sempre militando. Também porque eu tenho espaço, né? (...) A conversa que tenho com uma menina anarquista num grupo anarquista não é muito diferente das conversas que tenho com os meus alunos e alunas. (...) Foi um cruzamento muito gostoso. Acho que é fácil conciliar no plano teórico-político. (ESTIMADO et al, 2016, p.40-41, grifo meu)

E, ao longo do texto, a autora demonstrou sua participação não apenas na ONG

Davida, mas em diversos movimentos políticos, como é o caso de coletivos feministas e grupos anarquistas.

A mesma umbilicalidade entre feminismo e carreira docente/pesquisa pôde ser destacada na entrevista de Magali Engel:

E, acho que, politicamente, é fundamental que haja uma interlocução e que se pautem nessa perspectiva da interseccionalidade. (...) O desafio para mim, seja teórico, metodológico e político, é trabalhar com essas dimensões de respeito às diferenças, de compreensão das diferenças, das especificidades, mas numa perspectiva de luta comum, de agendas comuns, de projetos políticos comuns (DUARTE, A.R.F & ENGEL, M.G; 2020, p.346).

No prosseguimento da entrevista, a autora ainda aponta como há um tabu na relação entre produção acadêmica e militante, tendo em vista que muitos as consideram coisas distintas e necessariamente apartadas. Porém, segundo suas observações, Engel demonstrou a necessidade de se posicionar nas duas esferas e cruzá-las, pois, só a partir dessa postura, as mulheres conseguiriam permanecer lutando por direitos e conquistas sociais, sobretudo em momentos de avanço das ideias antidemocráticas e reacionárias (DUARTE, A.R.F & ENGEL, M.G; 2020, p.349).

Ao buscar respostas tanto no currículo Lattes quanto nas entrevistas, uma conclusão mostra-se nítida: o fato delas pertencerem às mesmas universidades, envolverem-se com movimentos sociais, compartilharem colegas próximos ou orientadoras que faziam parte da História Social dos anos 1980 (não só da História das Mulheres e Sexualidade, mas também na História da escravidão, História das classes populares, etc.) e, por fim, enfrentarem barreiras para inserir a prostituição

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo

enquanto tema histórico (ao ser denominado de *lumpemproletariado*)⁵ as tornaram propensas a seguir caminhos semelhantes dentro e fora de suas vidas acadêmicas.

O último tópico acerca das trajetórias pessoais das quatro historiadoras relaciona-se ao início dos estudos sobre prostituição. Paralelo ao avanço de temáticas femininas dentro das Ciências Humanas, houve um processo de rejeição por parte dos pesquisadores homens, em grande parte, como também de suas áreas de estudo já consolidadas. Dessa forma, as pesquisadoras da História das Mulheres enfrentaram uma série de empecilhos e desafios para levar suas temáticas até cursos de pós-graduação e torná-las reconhecidas enquanto objetos de estudo. Essa experiência é relatada por Margareth Rago:

E foi um impacto, um impacto emocionante, porque na Unicamp todo mundo me perguntava: - “Por que fazer a história da prostituição?”. E eu - “Por que não é um problema, né?”. Mas os temas da pesquisa em História naquela época eram: classe operária, classe operária; história de esquerda era classe operária. - “E você me fala de prostituição? Do lumpemproletariado, que não vai fazer revolução nunca?”. E foi um impacto muito legal. Eu tive retornos muito positivos (ESTIMADO et al, 2016, p.21).

E também por Magali Engel:

Realmente, nós tivemos experiências bastante difíceis e que foram comuns. Foi, de certo modo, uma rejeição. Quer dizer, havia aquele famoso discurso de que: “Como assim? As mulheres não são (sic) uma coisa específica, não tem porquê ficar estudando as mulheres”. (...) Era muito difícil (sic). Foi uma luta (DUARTE, A.R.F & ENGEL, M.G; 2020, p.347).

Nesse sentido, foi uma experiência em comum romper com os preconceitos

5 Para os termos deste artigo, o conceito é pensado de acordo com a formulação de Rago (mostrada a seguir): a seção da História condenada ao segundo plano por não ter relevância nos processos políticos e/ou econômicos (ESTIMADO et al, 2016, p.21).

acadêmicos contra a História das Mulheres e, mais ainda, a prostituição. Por isso mesmo, considera-se os seus trabalhos os primeiros ou mais importantes para a consolidação do campo, tendo em vista que, desde o início, as autoras possibilitaram a abertura de caminhos de pesquisas sobre o assunto, produzindo dissertações e teses, mas também orientando outras(os) pesquisadoras(es) no estudo do tema. Por retirarem a prostituição do lumpemproletariado, essas mulheres acreditaram na importância de recuperar as prostitutas enquanto sujeitos históricos, de trazer seus passados e narrativas para o presente. Além disso, fizeram disso um movimento de superação de estigmas acerca da profissão, como é dito por uma das prostitutas da ONG Davida no trecho de entrevista de Margareth Rago, o qual dá nome a este artigo: “Você nos colocou na história (...). E sem história não existe cidadania” (ESTIMADO et al, 2016, p.22).

A História Social da prostituição e suas balizas teórico-metodológicas

As décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX foram, para além das tentativas modernizadoras do Estado republicano, um momento de acentuado controle das classes populares e de reorganização social das diferentes raças, classes e gêneros que, juntas, conviviam todas nos centros urbanos. Vistas sob outra ótica, as tentativas de dominação dos grupos subalternos expressavam a rápida modificação de valores em curso na sociedade, estando alguns deles atrelados aos papéis sociais estipulados a homens e mulheres. Se, até então, das mulheres brancas esperava-se um vínculo com o ambiente doméstico, familiar e materno, a tentativa de emancipação feminina iniciada na virada de séculos trouxe grande preocupação à construção das cidades ordenadas e higiênicas.

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo

Logo, como reflexo dessa preocupação, o século XIX presenciou a fixação dos papéis comportamentais e de gênero, estipulando bem os “limites entre a vaidade das mulheres honradas e a libertinagem de mulheres de conduta duvidosa” (MALUF; MOTT; 1998, p. 393). É nesse contexto que “o fantasma da prostituição” veio à tona. Se tal atividade já era exercida, foi especificamente nesse período que ela adquiriu os ares da sociedade vitoriana extremamente preocupada com quem transgredia os limites do “normal”. Para além disso, a imagem da degenerada nata e do contágio social – e sexual – atribuída à prostituta demonstrava uma sociedade tomada pelo medo do desconhecido, quando este era personificado na figura de uma mulher que circulava pelo mundo público e privado e que se apropriava de questões em torno da sexualidade feminina, do corpo e do prazer (MCCLINTOCK, 2010, p.81).

Sob essa ótica, a prostituição entrou em voga nas grandes discussões ocorridas entre médicos higienistas e juristas da época. Deve-se salientar que a prostituição apareceu, sobretudo, enquanto um fenômeno urbano, “inscrevendo-se numa economia específica do desejo, caracterizada por uma sociedade em que as relações são mediatizadas pela troca” (RAGO, 1991, p.16). Além disso, essa atividade pareceu ser um ponto em comum entre todos os centros urbanos, tendo em vista o processo de privatização dos comportamentos, no qual a prostituição era uma forma coletiva e diferenciada “de circulação de fluxos desejantes” proibidos (RAGO, 1991, p.24).

Por esse mesmo motivo, a prostituição exercida durante esse período passou a cativar o ânimo de pesquisadoras(es) da temática feminina do século XX, pois, vista como símbolo daquela sociedade, ela se tornou objeto de estudo pertinente na compreensão das relações de gênero. Geograficamente, o alvo das pesquisas esteve nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Inseridas num fluxo de ideias e de pessoas, as pujantes urbes são palco de profundas transformações nos modos de

vida – mas também de persistências-, abrigando os agentes da prostituição e de uma “geografia do prazer”, nos termos de Margareth Rago, sustentados pelo próprio processo de urbanização. Por consequência, ao estarem focadas nas décadas anteriores e posteriores à proclamação da República, os documentos passíveis de sustentar as análises dessas historiadoras foram, principalmente, as fontes usadas para denúncia e/ou repressão da prostituição: documentos vindos da antropologia criminal e do discurso médico e jurídico.

Se foram produzidas obras de grande relevância para o tema, nos limites deste artigo, o foco está sobre os quatro livros considerados importantes e expressivos para a História Social da prostituição. Tal produção é considerada um conjunto teórico, tendo em vista as semelhanças em suas abordagens, referenciais teórico-metodológicos e contexto de produção. Além disso, os livros são resultado da trajetória acadêmica das quatro historiadoras analisadas, finalizando, dessa forma, a análise sobre o campo de estudos sobre a prostituição.

O primeiro estudo é o da historiadora Magali Engel, intitulado *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. Inicialmente defendida como dissertação de mestrado na UFF, em 1985, foi a primeira das quatro autoras a elaborar uma obra de grande importância sobre a temática, servindo de base teórica para elaborações subsequentes sobre a prostituição.

Engel elaborou neste livro uma história das ideias, utilizando-se para isso dos discursos médicos da cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 40 e 80 do século XIX. Segundo ela, ao dar legitimidade para as ideias e ações desses médicos, o Estado pretendeu controlar e coagir a vida das prostitutas, consideradas parte dos

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo

desclassificados sociais que disseminavam a desordem na moderna cidade. Assim, ao analisar os discursos sobre o lenocínio, a autora aborda o controle exercido sobre essas mulheres no seu sentido físico – inspeção de seus corpos – e moral – instituir a prostituição enquanto doença, mas também como mal necessário à sociedade.

A prostituição seria para Engel, portanto, “uma ação que transcende o ato de vender o corpo” (ENGEL, 2004 [1988], p.138), pois a construção da subjetividade em torno das meretrizes foi necessária para estabelecer padrões morais das relações de gênero e sexualidade. Dessa forma, médicos e juristas estavam buscando as causas, as consequências e os tratamentos da prostituição não para causar seu desaparecimento, mas para isolar e delimitar onde e quando o fenômeno poderia ser exercido em favor de uma ordem social/sexual masculina, além de preservar a domesticidade e a função da sexualidade feminina.

Assim, a autora postula que, ao estabelecer a barreira entre os indivíduos supostamente pertencentes ao âmbito privado ou público e, principalmente, ao reforçar o papel social esperado das mulheres, o discurso sobre a prostituição teria favorecido o fortalecimento dos novos ideais burgueses como a virgindade feminina e o casamento monogâmico, argumento esse encontrado também nas teses analisadas à seguir.

Em 1991, Margareth Rago lançou em livro os resultados de sua pesquisa de doutorado, realizada na Unicamp e intitulada *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)*, tornando-se uma obra de destaque em sua carreira pessoal. A autora tem como objeto de estudo a prostituição da cidade de São Paulo nas primeiras décadas republicanas e seu objetivo é, sobretudo, analisar esse fenômeno enquanto um espaço propício à

formação de subjetividades, expressão de desejos proibidos e retrato dos códigos da própria sociedade paulistana.

Assim como na obra de Magali Engel, Rago também estuda a formação da moral feminina em contraposição à figura da prostituta, processo esse elaborado e reafirmado por todos os médicos, juristas e higienistas encarregados da tarefa. Logo, semelhante ao ocorrido no Rio de Janeiro, a prostituição em São Paulo passou a ser alvo da inspeção médica/moral com o objetivo de dar uma "função útil" à atividade e de, sobretudo, criar barreiras simbólicas para as novas relações de gênero de uma sociedade burguesa. Além disso, a visão sobre a prostituição também teria o papel de restringir a entrada das mulheres brancas e de classe média-alta no mercado de trabalho, associando este a um espaço ocupado apenas pelas mulheres desviantes e marginais.⁶

No entanto, a ideia central da obra está em pensar a prostituição além da satisfação sexual masculina, sendo também um ambiente de sociabilidade e expressão de uma sexualidade insubmissa e proibida. Assim, com a "privatização do sexo, consubstanciada no casamento monogâmico e encerrada no quarto do casal, a prostituição instaura formas coletivas e diferenciadas de circulação dos fluxos

6 A questão de raça nas análises sobre prostituição é também um ponto importante. Quando se abordam as reivindicações feministas do final do século XIX e início do XX, deve-se considerar sobre qual parcela feminina o movimento estava incluindo a partir de suas pautas, pois, muito distante da experiência das mulheres brancas e de classe média-alta estava a vivência de mulheres negras. Tal como apontado no discurso histórico de Sojourner Truth ("E não sou uma mulher?", de 1851) e reiterado por teóricas e feministas a partir de então, da mulher negra não se esperava o recato ao lar e a ocupação apenas com afazeres domésticos e maternos. Sobretudo no período republicano, as marcas de séculos da escravidão continuaram estando presentes em suas vidas e tomaram conta também das formas como a prostituição negra era enxergada pela sociedade, quando ela não era tida como um "bem necessário" e foi relegada aos espaços mais afastados e invisíveis da cidade (WISSENBAACH, 2018, p.204-205).

desejantes” (RAGO, 1991, p.24).

Além disso, a nova geografia do prazer, como a autora categoriza, possibilita a realização de papéis sociais que não podem ser exercidos em público, permitindo “a evasão, o desenraizamento, a desterritorialização dos corpos (e) a perda das identidades fixas” (p.97). Lugar do excêntrico e do desconhecido, o “mundo dos prazeres” seria uma excelente amostra da sociedade paulistana do século XX.

Após Margareth Rago, a terceira obra de relevância é a de Beatriz Kushnir, intitulada “O baile de máscaras: as polacas num exercício de solidariedade e sociabilidade”, de 1994. Dissertação de mestrado da UFF e posterior livro publicado pela editora Imago, a obra de Kushnir trabalha com a relação entre as polacas, o tráfico de escravas brancas e a comunidade judaica em São Paulo e no Rio de Janeiro. Especificamente, a historiadora analisa as redes de sociabilidade judaicas formadas em torno do mundo da prostituição, construídas com o intuito de refazer as ligações sociais e religiosas perdidas ao longo do processo de desterritorialização imigratório.

Para isso, a autora utilizou-se de fontes que, diferente das duas obras anteriormente descritas, são elaboradas pelos próprios sujeitos de seu estudo (as prostitutas e a comunidade em torno delas), tal qual atas, estatutos de suas associações e depoimentos de funcionários e descendentes das várias associações judaicas. A ideia central do livro, no entanto, está em entender essa comunidade de mulheres não como vítima da miséria e dos processos migratórios, mas sim agentes capazes de reconquistar suas identidades sociais perdidas, superar a dura condição de estrangeira e, a partir disso, ir além dos papéis sociais ou “o baile de máscaras”, previstos aos envolvidos com o mundo do prazer.

A última obra a ser destacada foi elaborada já ao final dos anos 1990: “Que

tenhas teu corpo"- uma História social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas, resultado da tese de doutorado de Cristiana Schettini desenvolvida e defendida na UNICAMP. Nesse estudo, a autora analisa a cidade do Rio de Janeiro após a proclamação da república, para entender quais são os conflitos e as dificuldades do mundo da prostituição expressos na esfera jurídico-criminal carioca. O ponto de partida encontrado por Schettini é o ano de 1896, graças aos seguidos habeas corpus impetrados por diversas prostitutas em combate às ações policiais de expulsão dessas mulheres do centro da cidade. Mesmo que tal ação por parte das prostitutas seja uma exceção, a autora considera o evento como o início do debate acerca do novo regime republicano, analisando a maneira pela qual a lei, ao longo das décadas seguintes, irá dispor sobre a vida de homens e mulheres relacionados à prostituição.

Assumindo uma postura historiográfica semelhante a de Beatriz Kushnir, Schettini procura apreender, a partir dos silêncios e das lacunas dos registros policiais, a forma como as prostitutas encontraram frestas de possibilidade para participar do sistema desigual de poder. Assim, a autora não busca em suas fontes a visão do outro sobre a atividade dessas mulheres, mas sim a forma pela qual estas, por meio da negociação de seus papéis sociais, forjaram diferentes estratégias tanto para lidar com as políticas de dominação quanto na busca por integração ao mundo carioca.

Considerações finais

A partir dessa discussão, este artigo se dedicou a entender a constituição da História Social da prostituição dentro das universidades e de qual forma isso

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo

modificou os olhares de pesquisadoras(es), quando as atenções se voltaram para as problemáticas de gênero, raça, classe e sexualidade. Como observado, tais estudos desenvolveram-se em um momento propício, de articulação entre as ideias dos movimentos sociais (principalmente o feminismo), das mudanças epistemológicas das Ciências Humanas e da relevante entrada das mulheres em espaços acadêmicos – como pesquisadoras e como objetos de estudo. E, além disso, essas influências dialogaram entre si, incentivando o fortalecimento uma da outra, ideia expressa no conceito de umbilicalidade.

A partir desta análise, alguns caminhos dentro da pesquisa histórica sobre a prostituição ficam em aberto e são passíveis de discussões posteriores. É o caso, por exemplo, da presença – ou não – do marcador racial dentro da produção historiográfica dos anos 1980 e 1990: como tais pesquisadoras enxergaram a prostituição a partir de uma sociedade recém-saída da escravidão, a qual demarcou fortemente as funções e os usos que são dados aos corpos e à sexualidade feminina, sobretudo da mulher negra? Além disso, considerando os efeitos e as permanências da apropriação e venda de corpos escravizados, de qual maneira a prostituição é enxergada ou não como um contínuo dessa mercantilização de corpos?

Por esse motivo, as questões postas ao longo deste artigo, e nesses últimos parágrafos, são de fato importantes para compreender como e o porquê se inserem agentes subalternos no discurso histórico e quais caminhos podemos percorrer para realizar o mesmo movimento. Além disso, ao compreender a construção desse campo histórico, há também um esforço de contribuir para o fortalecimento da História da prostituição e da História das Mulheres, campos estes que ainda carecem de maior espaço e visibilidade nos espaços acadêmicos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. M. F.; MOSCHKOVICH, M. B. F. G.; POLAZ, K. Pesquisando os grupos dominantes. Notas de pesquisa sobre acesso às informações. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, 2012;

AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman (org.). **50 anos do feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: EDUSP, Fapesp, 2019;

CORRÊA, M. **"Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal"**, Cadernos Pagu, nº16. Campinas, 2001, pp.13-30;

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Revista de Estudos Feministas**, n. 2, 1994;

_____. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea**. Projeto História, São Paulo, (17) nov. 1998;

DUARTE, A.R.F; & ENGEL, M.G. (2020). **O perigo da fragmentação e o desafio do trabalho coletivo**. Em perspectiva, v.6, n.1, p. 343-356, 29 jun. 2020;

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004 [1988];

_____. "História e sexualidade". In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, 5ª Ed;

ESTIMADO, R., FORTUNATO, T., CRUZ, J. F., HOTIMSKY, M., & BASSANI, A. (2016). Entrevista: Margareth Rago. **Humanidades Em Diálogo**, 7, 15-43;

FEIERMAN, Steven. African Histories and the Dissolution of World History. In: Robert Bates; V. Y. Mudimbe e Jean O´Barr. **Africa and the Disciplines**. Chicago; London, University of Chicago Press, 1984. Tradução para uso didático;

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008;

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos** – o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995;

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras**: Mulheres judias e prostituição, as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996;

MAGALHÃES, Juliana de Paiva. **Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português** (Sul de Moçambique, XX). Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2016;

MALUF, Marina; MOTT, M.L. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da vida privada no Brasil** (vol.3). São Paulo: Cia das Letras, 1998;

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: raça, sexualidade e gênero no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010 [1995];

PEDRO, J.; SOIHET, Raquel. **A emergência da história das mulheres e das relações de gênero**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2007;

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 1991;

_____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**; Rev. Social. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995;

_____. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013;

SARTI, C. **“O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”**, Estudos feministas, vol.12, nº2. Florianópolis, CPH/CCE/UFSC, maio-ago., de 2004;

SCHETTINI, Cristiana Pereira. **“Que tenhas teu corpo”**: uma História social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese de Doutorado (UNICAMP). 2002;

SOIHET, Raquel. “História das mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 5ª Ed, 1997;

WISSENBACH, M.C.C. **Práticas religiosas, errância e vida cotidiana no Brasil (Finais do século XIX e início do XX)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2018.

